

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	5
1) – CONTEXTO OPERACIONAL	5
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	8
3) – DISPONIBILIDADES.....	12
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	12
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	13
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”	14
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE	15
8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA	16
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	17
10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	18
11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO.....	19
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	20
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS	22
14) – INVESTIMENTOS.....	23
15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	29
16) – FORNECEDORES	31
17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	31
18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	32
19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	34
20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	34
21) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS.....	37
22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	43
23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA	44
24) – RECEITA DE USO DA REDE.....	45
25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	45
26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL.....	46
27) – CUSTÓS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	46
28) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	48
29) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	49
30) – EXPOSIÇÃO CAMBIAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	50
31) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO	52
32) – EVENTOS SUBSEQUENTES	52
33) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	53
34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA	54
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO	56
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	70
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL	82

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E 30 DE JUNHO DE 2008

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 3)	3.012.006	2.002.199	78.622	48.158
Consumidores e Revendedores (nota 4)	1.957.691	2.044.223	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 6)	370.206	379.707	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	464.856	469.159	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	1.494.180	1.253.086	22.156	22.161
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	422.231	255.378	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	14.851	16.193	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	330.974	283.913	66.914	56.416
Dividendos a Receber	-	-	1.092.765	1.024.822
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	46.240	47.127	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	260.337	359.029	-	-
Estoques	30.950	26.016	17	17
Outros Créditos	411.935	489.895	24.813	35.861
TOTAL DO CIRCULANTE	8.816.457	7.625.925	1.285.287	1.187.435
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 12)	1.757.491	1.714.504	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota 12)	-	-	803.158	793.871
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 6)	257.219	322.470	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	469.779	520.147	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	596.285	623.774	102.713	118.644
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	6.724	7.740	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	351.413	363.015	264.866	270.964
Depósitos Vinculados a Litígios	313.851	271.082	87.791	87.791
Consumidores e Revendedores (nota 4)	110.378	112.449	-	-
Outros Créditos	101.973	98.227	66.054	72.034
	3.965.113	4.033.408	1.324.582	1.343.304
Permanente				
Investimentos (nota 14)	1.120.420	1.107.830	8.494.392	8.030.834
Imobilizado (nota 15)	10.610.143	10.468.951	2.049	2.078
Intangível (nota 15)	554.030	540.661	464	435
Diferido	68.377	68.621	-	-
	12.352.970	12.186.063	8.496.905	8.033.347
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.318.083	16.219.471	9.821.487	9.376.651
ATIVO TOTAL	25.134.540	23.845.396	11.106.774	10.564.086

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO E 30 DE JUNHO DE 2008

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 16)	767.903	641.676	7.885	10.690
Encargos Regulatórios (nota 19)	459.153	431.216	-	-
Participações nos Lucros	65.932	45.329	2.484	1.712
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	1.546.201	1.286.774	102.985	91.925
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	448.864	448.864	448.864	448.864
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	678.195	553.944	3.827	1.101
Debêntures (nota 18)	119.627	79.862	-	-
Salários e Contribuições Sociais	227.801	213.075	11.670	11.130
Passivos Regulatórios – CVA (nota 8)	391.356	321.577	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	81.070	99.355	3.809	4.056
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 30)	164.940	186.877	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	7.988	4.188
Outras Obrigações	329.018	343.872	16.631	19.911
TOTAL DO CIRCULANTE	5.280.060	4.652.421	606.143	593.577
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores (nota 16)	699	4.861	-	-
Passivos Regulatórios – CVA (nota 8)	270.744	385.067	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	4.989.691	4.866.410	73.587	73.587
Debêntures (nota 18)	1.583.584	1.576.717	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	293.701	265.418	-	-
Provisões para Contingências (nota 21)	640.019	627.956	342.174	329.551
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	1.416.029	1.375.075	53.274	52.012
Outras Obrigações	140.905	113.459	30	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.335.372	9.214.963	469.065	455.180
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	84.009	83.954	-	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	403.533	378.729	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 22)				
Capital Social	2.481.507	2.481.507	2.481.507	2.481.507
Reservas de Capital	3.983.022	3.983.022	3.983.022	3.983.022
Reservas de Lucros	1.898.525	1.898.525	1.898.525	1.898.525
Lucros Acumulados	1.641.389	1.125.152	1.641.389	1.125.152
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.031.566	9.515.329	10.031.566	9.515.329
PASSIVO TOTAL	25.134.540	23.845.396	11.106.774	10.564.086

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007 Reclassificado	30/09/2008	30/09/2007 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 23)	10.316.243	9.785.218	-	-
Receita de Uso da Rede (nota 24)	1.557.916	1.427.553	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 25)	493.407	448.974	392	659
	12.367.566	11.661.745	392	659
Deduções à Receita Operacional (nota 26)	(4.232.129)	(4.149.123)	-	(13)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.135.437	7.512.622	392	646
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS (nota 27)				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.177.689)	(1.949.745)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(530.621)	(494.263)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(167.841)	(101.154)	-	-
	(2.876.151)	(2.545.162)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 27)				
Pessoal e Administradores	(717.134)	(630.331)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(153.454)	(68.138)	-	-
Materiais	(69.591)	(63.016)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(65.185)	(44.768)	-	-
Serviços de Terceiros	(392.033)	(334.117)	-	-
Depreciação e Amortização	(531.712)	(533.428)	-	-
Provisões Operacionais	(15.779)	(55.402)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(98.542)	(101.731)	-	-
Outras	(117.338)	(112.357)	-	-
	(2.160.768)	(1.943.288)	-	-
CUSTO TOTAL	(5.036.919)	(4.488.450)	-	-
LUCRO BRUTO	3.098.518	3.024.172	392	646
DESPESA OPERACIONAL (nota 27)				
Despesas com Vendas	(133.078)	(157.043)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(304.761)	(260.682)	(80.145)	(79.208)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(32.500)	(124.311)	-	16.728
	(470.339)	(542.036)	(80.145)	(62.480)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras	2.628.179	2.482.136	(79.753)	(61.834)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	1.752.183	1.600.700
Resultado Financeiro Líquido (nota 28)	(17.784)	(161.488)	69.118	10.181
	(17.784)	(161.488)	1.821.301	1.610.881
Lucro Operacional	2.610.395	2.320.648	1.741.548	1.549.047
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(19.243)	(33.252)	(6.674)	(5.763)
Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias	2.591.152	2.287.396	1.734.874	1.543.284
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 10)	(904.988)	(862.553)	(97.399)	(88.817)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 10)	70.296	196.704	6.228	15.526
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(65.683)	(63.750)	(2.314)	(1.235)
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	(84.983)	(89.039)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.605.794	1.468.758	1.641.389	1.468.758
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$			3,31	3,02

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de setembro de 2008 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisadas pelos auditores independentes):

- ☐ Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em novembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW;
 - Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, ambas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW;
 - Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
 - Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW e previsão de início de operação comercial em 2012;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20.000 kW de potência instalada, localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010;

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada, localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2º unidade) e fevereiro de 2010 (3º unidade).

- Cemig Distribuição S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

- Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,25% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, e também com 855 MW de capacidade instalada na atividade de geração;

- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);

- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- ❑ Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- ❑ Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- ❑ Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- ❑ Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- ❑ Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- ❑ UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- ❑ Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- ❑ Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- ❑ Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- ❑ Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- ❑ Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto – participação de 18,84%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;
- ❑ Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;

- ❑ Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;
- ❑ Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto – participação de 16,63%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;
- ❑ Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto – participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;
- ❑ Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de setembro de 2008:

- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ❑ Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados no exercício anterior, exceto com relação a prática de ajuste a valor presente mencionada nesta nota explicativa, decorrente da instrução CVM nº 469/08.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission (“SEC”).

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, na nota explicativa nº.33, a demonstração do resultado segregado por empresa. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e de suas controladas.

Critério de consolidação das Informações Trimestrais

Foram consolidadas as informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As informações financeiras da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do trimestre.

As datas das informações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Em função da adoção da prática contábil de ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos, mencionada no item a seguir, as controladas Cemig D, Cemig GT e Light fizeram alguns ajustes de exercícios anteriores que foram registrados nas suas demonstrações financeiras individuais diretamente contra o Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício. Esses ajustes foram registrados na controladora diretamente no resultado do exercício, na rubrica de equivalência patrimonial, conforme determinado pela Instrução CVM 247/96.

Dessa forma, em função desses ajustes, ocorreu uma diferença entre o resultado consolidado e o resultado da controladora, conforme abaixo:

Resultado da Controladora	1.641.389
Ajuste a valor presente registrado nas Demonstrações Financeiras das Controladas diretamente no Patrimônio Líquido	(35.595)
Resultado Consolidado	1.605.794

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Essas alterações tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

As principais alterações constantes da Lei, com vigência a partir de 2008, com possibilidade de impactar as Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas abaixo:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembléia geral ordinária – AGO.
- Criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A e os princípios fundamentais de contabilidade;
- Criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido; O subgrupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior;
- Novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Esses instrumentos financeiros serão classificados em três categorias (destinadas à negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda) e a sua avaliação pelo custo mais rendimentos ou pelo valor de mercado será feita em função da sua classificação em uma dessas categorias;
- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado.
- Eliminação da possibilidade de serem efetuadas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

Em 2 de maio de 2008 a CVM emitiu a Instrução nº 469, que dispõe sobre as necessidades imediatas de adaptações de alguns normativos e esclarece outras questões relacionadas às alterações produzidas pela mencionada Lei.

De acordo com a Instrução, algumas mudanças de práticas contábeis tem a sua aplicação de forma obrigatória já a partir do 1º trimestre de 2008.

Em atendimento a Instrução, a Companhia, por meio das controladas Cemig Geração e Transmissão S.A., Cemig Distribuição S.A. e Light S.A. procedeu ao ajuste ao valor presente de determinados contratos de financiamentos, de determinados parcelamentos de clientes e das debêntures adquiridas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, além de obrigações a pagar referentes concessões onerosas. Foram utilizadas taxas de desconto que correspondem, na estimativa da Companhia, ao custo atual de captação de recursos através de empréstimos e financiamentos.

Os efeitos contábeis nas Demonstrações Financeiras de 2008 decorrentes da aplicação imediata dos ajustes a valor presente mencionados anteriormente são como segue:

	Consolidado
	Controladora
Ativo	
Consumidores e Revendedores	(9.113)
Imobilizado	(174.098)
	<u>(183.211)</u>
Passivo	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(184.010)
Impostos, Taxas e Contribuições	23.213
Outras obrigações	(49.248)
Patrimônio Líquido	26.834
	<u>(183.211)</u>
Resultado do Exercício	
Despesa operacional	6.293
Resultado Financeiro	23.612
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(10.168)
	<u>19.737</u>

A Companhia efetuou o cálculo dos efeitos relativos aos ajustes a valor presente referente aos exercícios anteriores que foram efetivados diretamente contra o Patrimônio Líquido. Os valores relativos ao período de janeiro a setembro que impactariam o resultado de 2007, no montante de R\$7.875, líquido de efeitos fiscais, não foram ajustados para fins de comparação pelo fato do referido valor não ser material.

Reclassificação de Saldos Contábeis

As seguintes alterações para fins de comparabilidade foram efetuadas nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações de resultados de 30 de setembro de 2007:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>
Custos Operacionais – Custo			Receita Operacional		
com Energia Elétrica e Gás					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	106.310	-	Receita de Uso da Rede	(106.310)	-
Pessoal e Administradores	63.750	1.235	Resultado		
	<u>170.060</u>	<u>1.235</u>	Participação dos Empregados e Administradores	(63.750)	(1.235)
				<u>(170.060)</u>	<u>(1.235)</u>

Em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até o terceiro trimestre de 2007 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal.

3) – DISPONIBILIDADES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2008</u>	<u>30/06/2008</u>	<u>30/09/2008</u>	<u>30/06/2008</u>
Contas Bancárias	155.012	130.707	6.122	10.180
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.761.145	1.757.697	72.500	37.978
Letras Financeiras do Tesouro	48.416	58.866	-	-
Letras do Tesouro Nacional	39.341	18.985	-	-
Outros	8.092	35.944	-	-
	<u>2.856.994</u>	<u>1.871.492</u>	<u>72.500</u>	<u>37.978</u>
	<u>3.012.006</u>	<u>2.002.199</u>	<u>78.622</u>	<u>48.158</u>

As aplicações financeiras correspondem a transações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

<u>Ativo Circulante</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2008</u>	<u>30/06/2008</u>	<u>30/09/2008</u>	<u>30/06/2008</u>
Fornecimento Faturado	1.635.396	1.841.964	52.937	60.748
Fornecimento não Faturado	654.780	599.218	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	64.200	56.095	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(396.685)	(453.054)	(52.937)	(60.748)
	<u>1.957.691</u>	<u>2.044.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R\$32.505 em 30 de setembro de 2008 (R\$36.493 em 30 de junho de 2008), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, a serem quitados até setembro de 2012 e março de 2010, respectivamente.

Encontra-se registrado o valor de R\$92.880 referente créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de conclusão dessa ação judicial ainda no exercício de 2008 e que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Ativos				
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 6	627.425	702.177	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 7	21.575	23.933	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11	260.337	359.029	-	-
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 13	46.240	47.127	-	-
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 8	892.010	775.525	-	-
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	18.206	17.262	-	-
Recuperação dos Descontos na TUSD	15.616	23.132	-	-
Subvenção Baixa Renda	101.262	170.435	-	-
Programa Luz para Todos	26.198	38.807	-	-
Outros Ativos Regulatórios	5.803	8.871	-	-
	<u>2.014.672</u>	<u>2.166.298</u>	-	-
Passivos				
Compra de Energia durante o Racionamento – Nota nº 16	(30.610)	(38.387)	-	-
Revisão da Receita de Transmissão	(11.632)	(15.603)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 8	(662.100)	(706.644)	-	-
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(15.955)	(15.955)	-	-
Outros Passivos Regulatórios	(4.727)	(7.001)	-	-
	<u>(725.024)</u>	<u>(783.590)</u>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 17	(144.838)	(193.016)	-	-
	<u>(869.862)</u>	<u>(976.606)</u>	-	-
Total	<u>1.144.810</u>	<u>1.189.692</u>	-	-

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”).

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em março de 2008, imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. são conforme abaixo:

<u>Valores transferidos para a despesa</u>	<u>30/09/2008</u>
Energia Comprada para Revenda	3.650
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	49.558
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	4.952
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	108.269
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	14.980
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	4.395
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	464
	<u>186.268</u>

c) Composição dos saldos da Parcela “A”

Os valores a serem recebidos referentes à Parcela “A”, registrados no Ativo, são como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2008</u>	<u>30/06/2008</u>
Cemig Distribuição S.A		
Parcela A	577.781	637.523
RME – Light		
Parcela A	49.644	64.654
Total da Parcela “A”	<u>627.425</u>	<u>702.177</u>
Ativo Circulante	370.206	379.707
Ativo Não Circulante	257.219	322.470

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2008</u>	<u>30/06/2008</u>
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	46.844	48.414
Provisão para perdas na realização	<u>(25.269)</u>	<u>(24.481)</u>
	21.575	23.933
Circulante	14.851	16.193
Não Circulante	6.724	7.740

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig Geração e Transmissão nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh. que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig Geração e Transmissão, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº. 21.

Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R\$25.269, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente, na estimativa da Companhia, para repasse integral dos valores devidos.

8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008
Cemig Distribuição	208.647	60.498
RME - Light	21.263	8.383
	229.910	68.881
Ativo Circulante	422.231	255.378
Ativo Não Circulante	469.779	520.147
Passivo Circulante	(391.356)	(321.577)
Passivo Não Circulante	(270.744)	(385.067)
Valores Líquidos	229.910	68.881

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
ICMS a Recuperar	197.427	180.432	3.804	3.804
Imposto de Renda	848.776	690.262	-	-
Contribuição Social	293.953	236.303	-	-
PASEP	19.089	16.673	2.594	2.597
COFINS	119.663	115.719	12.088	12.090
Outros	15.272	13.697	3.670	3.670
	<u>1.494.180</u>	<u>1.253.086</u>	<u>22.156</u>	<u>22.161</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	86.973	92.337	426	426
Imposto de Renda	233.255	237.891	233.255	237.751
Contribuição Social	31.185	32.787	31.185	32.787
	<u>351.413</u>	<u>363.015</u>	<u>264.866</u>	<u>270.964</u>
	<u>1.845.593</u>	<u>1.616.101</u>	<u>287.022</u>	<u>293.125</u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela empresa em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de pagamentos efetuados em 2008 que serão compensados com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar no exercício, registrados na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, e podem ser compensados em 48 meses.

10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	273.260	282.222	51.199	59.581
Provisão para Contingências	190.370	186.814	96.133	92.626
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	8.592	21.030	-	-
Obrigações Pós-Emprego	96.262	59.172	3.373	1.495
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	156.523	174.523	17.998	20.654
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	9.389	12.250	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(29.616)	(29.616)	-	-
Instrumentos Financeiros	80.890	88.349	-	-
Variação Cambial	76.609	70.816	-	-
Outros	64.980	42.127	924	704
	927.259	907.687	169.627	175.060
Ativo Circulante	330.974	283.913	66.914	56.416
Ativo Não Circulante	596.285	623.774	102.713	118.644

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2008, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 06 de março de 2008.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2008, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2008	205.559	33.960
2009	205.385	43.938
2010	100.283	24.752
2011	116.099	23.481
2012	80.759	23.672
2013 a 2015	101.361	19.149
2016 e 2017	147.429	675
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – RME Light	(29.616)	-
	927.259	169.627

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 30 de setembro de 2008, créditos tributários não reconhecidos em suas informações trimestrais, no montante de R\$444.883 (R\$443.498 em 30 de junho de 2008).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$437.509.

Considerando, que a legislação tributária brasileira permite as companhias se beneficiarem do pagamento de juros sobre o capital próprio e deduzirem tais pagamentos do seu lucro tributável, a Companhia adotou a opção tributária de pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas. De acordo com o seu planejamento tributário, depois da compensação, nos próximos anos, de impostos registrados como impostos compensáveis, a Companhia vai pagar juros sobre capital próprio em um montante que vai reduzir o seu lucro tributável a um valor próximo ou igual a zero. Como consequência, essa alternativa vai eliminar o pagamento de imposto de renda e contribuição social pela Cemig Holding e os prejuízos fiscais não reconhecidos não serão recuperados.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007 Reclassificado	30/09/2008	30/09/2007 Reclassificado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.591.152	2.287.396	1.734.874	1.543.284
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(880.992)	(777.715)	(589.857)	(524.717)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	511.136	457.604
Participação dos Empregados no Resultado	22.332	21.675	787	420
Contribuições e Doações Indedutíveis	(5.529)	(5.471)	(204)	(201)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	335	184	9	(473)
Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido	-	81.924	-	-
Amortização de Ágio	(4.160)	-	(4.160)	-
Incentivo Fiscal	12.608	-	35	36
Ajuste de Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(7.746)	-	(8.488)	-
Outros	28.460	13.554	(429)	(5.960)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(834.692)	(665.849)	(91.171)	(73.291)

11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da subsidiária Cemig Distribuição S.A.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na Resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% está sendo compensada nas tarifas.

A última parcela para recebimento da diferença entre os reajustes tarifários foi concedida em 8 de abril de 2008 e incluída no reajuste tarifário ocorrido em 8 de abril de 2008.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	467.696	458.899
Atualização Monetária – IGP-M	224.831	219.255
(-) Valores Arrecadados	(1.381.802)	(1.268.737)
	<u>260.337</u>	<u>359.029</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 30 de setembro de 2008 é de R\$112.596.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 30 de setembro de 2008 a R\$4.061.167.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$90.653, a valores de 30 de setembro de 2008.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de setembro de 2008, já haviam sido amortizadas, de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2008 e 30 de junho de 2009.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente conforme destacamos as principais a seguir:

<u>Descrição da Meta</u>	<u>Índice Requerido</u>
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC no 3º trimestre de 2008 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 30 de junho de 2008	1.714.504
Atualização monetária das quotas seniores	33.700
Atualização monetária das quotas subordinadas	9.287
Amortização das quotas seniores	-
Saldo em 30 de setembro de 2008	<u>1.757.491</u>
Composição do FIDC em 30 de setembro de 2008	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	954.333
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	801.698
Dividendos retidos pelo Fundo	1.460
	<u>803.158</u>
TOTAL	<u>1.757.491</u>

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2007. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$96.675 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$62.839 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	<u>30/09/2008</u>	<u>30/06/2008</u>
Cemig Distribuição	46.240	46.240
Cemig Geração e Transmissão	-	275
RME – Light	-	612
	<u>46.240</u>	<u>47.127</u>

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.657.120	3.410.674
Cemig Distribuição	-	-	2.994.076	2.853.732
Rio Minas Energia Participações	-	-	361.859	333.603
Infovias	-	-	268.819	264.331
GASMIG	-	-	236.360	223.489
Rosal Energia	-	-	106.102	99.440
Sá Carvalho	-	-	113.334	106.911
Horizontes Energia	-	-	72.863	70.757
Usina Térmica Ipatinga	-	-	73.318	70.504
Cemig PCH	-	-	59.499	56.926
Cemig Capim Branco Energia	-	-	79.049	69.738
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.071	14.012
UTE Barreiro	-	-	3.446	4.628
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	8.363	8.312
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	488	499
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	6.169	6.191
Transchile	-	-	24.063	16.511
Efficientia	-	-	7.945	6.533
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	147	84
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.762	6.723
Cemig Trading	-	-	23.315	22.525
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	15.981	16.548
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	30.481	28.256
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	5.899	5.537
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	55.527	58.204
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	4.689	4.258
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	1.892	2.058
	-	-	8.231.637	7.760.984
Em Consórcios	1.098.881	1.082.603	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	2.238	2.517
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	34.535	35.917
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	25.455	25.736
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	37.811	38.202
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	8.659	8.748
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	143.640	144.584
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	6.918	6.997
Em Outros Investimentos	21.539	25.227	3.499	7.149
	1.120.420	1.107.830	262.755	269.850
	1.120.420	1.107.830	8.494.392	8.030.834

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2008		Janeiro a setembro de 2008		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.657.120	139.007	776.977
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.994.076	113.529	666.037
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	268.819	-	13.829
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	106.102	-	15.841
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	113.334	-	19.306
GASMIG	196.155.000	55,19	181.063	428.245	-	62.204
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	72.863	-	6.540
Usina Térmica Ipinga	64.174.281	100,00	64.174	73.318	-	7.511
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	59.499	-	7.804
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	79.049	-	26.256
Companhia Transleste de Transmissão	46.569.000	25,00	49.569	56.281	5.392	6.284
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	3.446	-	(2.063)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.843	-	2.527
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	488	-	2
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	25.183	-	1.659
Transchile	22.000	49,00	49.108	49.108	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	7.945	-	3.721
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	147	-	141
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.258	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.447.435	-	385.208
Cemig Trading	160.000	100,00	160	23.315	-	23.171
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	18,84	69.063	84.797	10.414	16.608
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	120.128	166.107	-	30.483
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	32.144	-	7.259
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	16,63	273.469	333.937	42.459	65.630
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	62.523	-	15.699
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	4.200	3.861	-	(338)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2008			Janeiro a setembro de 2007	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.410.674	140.900	625.928
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.853.732	112.207	706.470
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	264.331	-	10.242
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	99.440	-	12.950
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	106.911	-	16.332
GASMIG	196.155.000	55,19	174.497	404.926	-	62.545
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	70.757	-	5.149
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	70.504	-	5.432
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	56.926	-	11.222
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	69.738	-	21.538
Companhia Transleste de Transmissão	46.569.000	25,00	49.569	56.050	-	5.628
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.628	-	5.446
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.632	-	1.712
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	499	-	6
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	25.272	-	251
Transchile	22.000	49,00	33.696	33.696	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	6.533	-	1.037
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	84	-	248
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.183	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.334.410	-	482.175
Cemig Trading	160.000	100,00	160	22.526	-	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	18,83	69.063	87.885	-	15.605
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	120.128	153.971	-	30.707
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	30.171	-	7.440
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	16,62	273.469	350.200	-	68.794
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	56.762	-	13.922
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	4.200	4.200	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	30/06/2008	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	30/09/2008
Cemig Geração e Transmissão	3.410.674	293.485	-	(47.040)	1	3.657.120
Cemig Distribuição	2.853.732	178.761	-	(38.418)	1	2.994.076
Infovias	264.331	4.488	-	-	-	268.819
Rosal Energia	99.440	6.663	-	-	(1)	106.102
Sá Carvalho	106.911	6.423	-	-	-	113.334
GASMIG	223.489	12.870	-	-	1	236.360
Horizontes Energia	70.757	2.106	-	-	-	72.863
Usina Térmica Ipatinga	70.504	2.814	-	-	-	73.318
Cemig PCH	56.926	2.573	-	-	-	59.499
Cemig Capim Branco Energia	69.738	9.150	161	-	-	79.049
Companhia Transleste de Transmissão	14.012	558	-	(405)	(94)	14.071
UTE Barreiro	4.628	(1.182)	-	-	-	3.446
Companhia Transudeste de Transmissão	8.312	82	-	-	(31)	8.363
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	499	(11)	-	-	-	488
Companhia Transirapé de Transmissão	6.191	(3)	-	-	(19)	6.169
Transchile	16.511	-	7.552	-	-	24.063
Efficientia	6.533	1.411	-	-	1	7.945
Central Termelétrica de Cogeração	84	63	-	-	-	147
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.723	-	39	-	-	6.762
Rio Minas Energia	333.603	28.256	-	-	-	361.859
Cemig Trading	22.525	790	-	-	-	23.315
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	16.548	1.064	-	(1.962)	331	15.981
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	28.256	1.661	-	-	564	30.481
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	5.537	362	-	-	-	5.899
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	58.204	3.482	-	(7.060)	901	55.527
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	4.258	431	-	-	-	4.689
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.058	(166)	-	-	-	1.892
	7.760.984	556.131	7.752	(94.885)	1.655	8.231.637

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R\$84.009) está apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

Em 16 de maio de 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) converteu 90% das suas debêntures em ações da Light S.A. correspondente a 31,40% do capital social. Com isto, a participação da Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) na Light S.A. foi reduzida de 79,39% para 54,20% e por consequência a participação da CEMIG de 19,85% para 13,55%. Posteriormente, em 19 de outubro de 2007, o BNDES exerceu o direito conferido por 72.727 bônus de subscrição, o que reduziu a participação da RME para 52,25% e a participação da Cemig para 13,06%.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado – Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV - Infovias

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A., controlada indireta da CEMIG (investimento de 65,25% da Infovias) foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$103 milhões (parte da Infovias), ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital e condicionado a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Em 23 de outubro de 2007, a Anatel aprovou a operação, pendente de publicação no Diário Oficial da União, reconsiderando a decisão de 19 de março de 2007, quando havia negado a anuência de transferência do controle societário.

O lucro da Infovias em função dessa alienação, no montante de R\$54.079 mil, foi reconhecido no 4º trimestre de 2007, quando da publicação da aprovação da operação no Diário Oficial da União.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 30/09/2008	Consolidado 30/06/2008
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,77	181.403	181.403
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	512.946	512.946
Usinas Amador Aguiar I e II	21,05	2,51	54.513	54.351
Depreciação acumulada			<u>(107.628)</u>	<u>(99.203)</u>
Total em operação			929.012	937.275
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		259	134
Usina de Aimorés	49,00		30.738	26.796
Usina de Baguari	34,00		<u>125.747</u>	<u>105.273</u>
Total em construção			169.869	145.328
Total Consórcios			<u>1.098.881</u>	<u>1.082.603</u>

f) Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A Brookfield exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE.

O valor a ser pago pela CEMIG referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R\$330,6 milhões, com data-base em 16 de agosto de 2006, e será corrigido até a data de fechamento, prevista para o 4º trimestre de 2008.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estarão sujeitas à aprovação da transferência das ações das empresas acima citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A., equivalente a 49% do capital social nos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos.

15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em Serviço	Consolidado			
	Custo Histórico	30/09/2008	Valor Líquido	30/06/2008
		Depreciação Acumulada		Valor Líquido
	21.210.059	(9.298.691)	11.911.368	11.835.317
- Distribuição	11.151.416	(4.997.696)	6.153.720	6.082.159
Intangíveis	94.632	(59.654)	34.978	36.653
Terrenos	30.426	-	30.426	30.427
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	308.819	(159.024)	149.795	152.117
Máquinas e Equipamentos	10.629.552	(4.725.451)	5.904.101	5.827.575
Veículos	66.471	(36.466)	30.005	30.750
Móveis e Utensílios	21.516	(17.101)	4.415	4.637
- Geração	7.235.596	(3.066.745)	4.168.851	4.154.610
Intangíveis	87.358	(49.278)	38.080	39.757
Terrenos	202.306	-	202.306	202.306
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	3.891.638	(1.429.294)	2.462.344	2.481.016
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	792.566	(358.072)	434.494	439.140
Máquinas e Equipamentos	2.255.001	(1.224.146)	1.030.855	991.694
Veículos	3.386	(2.912)	474	314
Móveis e Utensílios	3.341	(3.043)	298	383
- Transmissão	1.830.501	(688.392)	1.142.109	1.145.776
Intangíveis	230.006	(2.710)	227.296	218.707
Terrenos	2.225	-	2.225	2.225
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	105.045	(58.314)	46.731	49.460
Máquinas e Equipamentos	1.492.136	(626.667)	865.469	875.001
Veículos	322	(163)	159	150
Móveis e Utensílios	767	(538)	229	233
- Administração	553.795	(364.233)	189.562	193.638
Intangíveis	152.621	(105.193)	47.428	58.602
Terrenos	2.501	-	2.501	2.501
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	71.327	(38.406)	32.921	33.539
Máquinas e Equipamentos	240.405	(153.733)	86.672	77.639
Veículos	40.050	(30.044)	10.006	10.840
Móveis e Utensílios	46.891	(36.857)	10.034	10.517
- Telecomunicações	340.096	(154.668)	185.428	186.246
Intangíveis	712	(337)	375	416
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	(7)	48	48
Máquinas e Equipamentos	338.845	(154.034)	184.811	185.576
Móveis e Utensílios	414	(290)	124	136
- Gás	98.655	(26.957)	71.698	72.888
Intangíveis	1.350	-	1.350	1.350
Terrenos	31	-	31	31
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.219	(568)	1.651	1.681
Máquinas e Equipamentos	94.634	(26.216)	68.418	69.566
Veículos	41	(4)	37	39
Móveis e Utensílios	380	(169)	211	221

	Consolidado			
	Custo Histórico	30/09/2008 Depreciação Acumulada	Valor Líquido	30/06/2008 Valor Líquido
Em Curso	1.743.862	-	1.743.862	1.686.874
- Distribuição				
Intangíveis	49.555	-	49.555	46.391
Imobilizado	961.499	-	961.499	919.989
- Geração				
Intangíveis	30.050	-	30.050	29.555
Imobilizado	266.220	-	266.220	298.088
- Transmissão				
Intangíveis	401	-	401	673
Imobilizado	134.641	-	134.641	114.315
- Administração				
Intangíveis	124.517	-	124.517	108.557
Imobilizado	113.176	-	113.176	120.136
- Telecomunicações - Imobilizado	18.138	-	18.138	16.929
- Gás - Imobilizado	45.665	-	45.665	32.241
Total do Imobilizado e Intangível	22.953.921	(9.298.691)	13.655.230	13.522.191
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.547.645)	56.588	(2.491.057)	(2.512.579)
Imobilizado e Intangível Líquido	20.406.276	(9.242.103)	11.164.173	11.009.612

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Conforme Resolução ANEEL, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, no caso da Cemig Distribuição, a partir de 8 de abril de 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R\$339.736, em 30 de setembro de 2008 (R\$380.496, em 30 de junho de 2008), referente ao Programa “Luz para Todos”.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$8.435 em 30 de setembro de 2008 (R\$8.568, em 30 de junho de 2008).

16) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	161.620	134.324	-	-
Furnas	64.269	24.273	-	-
CCEE	115.204	50.143	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	29.911	33.526	-	-
Outros	140.296	205.334	-	-
	511.300	447.600	-	-
Materiais e Serviços	256.603	194.076	7.885	10.690
	767.903	641.676	7.885	10.690
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	699	4.861	-	-
	699	4.861	-	-

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 21.

17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
Imposto de Renda	704.736	484.598	48.524	35.053
Contribuição Social	244.592	163.641	18.543	13.377
ICMS	299.663	293.532	18.092	18.091
COFINS	99.534	97.708	12.839	19.045
PASEP	18.745	18.310	2.787	4.135
INSS	16.576	16.774	1.327	1.354
Outros	17.517	19.195	873	870
	1.401.363	1.093.758	102.985	91.925
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	86.194	114.998	-	-
Contribuição Social	31.030	41.872	-	-
COFINS	22.689	29.700	-	-
PASEP	4.925	6.446	-	-
	144.838	193.016	-	-
	1.546.201	1.286.774	102.985	91.925
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	196.507	201.027	-	-
Contribuição Social	49.190	51.791	-	-
COFINS	29.939	3.106	-	-
PASEP	10.394	1.401	-	-
Outros	7.671	8.093	-	-
	293.701	265.418	-	-

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas principalmente aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações registradas no ativo, na rubrica de Tributos Compensáveis.

18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/09/2008			30/06/2008
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	1.579	95.715	97.294	79.688
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	14.746	6.939	21.685	17.650
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	15.002	80.232	95.234	78.090
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	2.123	69.761	71.884	59.337
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.064	7.499	10.563	11.424
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	23.332	22.231	45.563	37.399
KFW	2016	4,50	EURO	1.946	13.322	15.268	14.051
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	271	8.922	9.193	7.522
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	81	3.903	3.984	3.267
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	280	16.430	16.710	13.721
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	5.615	29.930	35.545	29.269
Santander (13)	2008	5,29	US\$	5.076	-	5.076	4.222
Itaú (13)	2008	4,88	US\$	-	-	-	4.321
ABC Brasil (13)	2008	7,70	US\$	-	-	-	6.308
Banco do Brasil (13)	2008	4,69	US\$	2.620	-	2.620	-
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	4,80	US\$	8	12.127	12.135	-
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	4,43	US\$	569	23.148	23.717	19.753
Outros	2025	Diversas	Diversas	9.925	6.388	16.313	13.779
Dívida em Moeda Estrangeira				86.237	396.547	482.784	399.801
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	242	75.000	75.242	75.180
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	13.487	118.822	132.309	127.758
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	8.891	109.277	118.168	115.876
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	6.849	126.000	132.849	128.417
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	65.916	1.200.000	1.265.916	1.225.032
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	45.104	-	45.104	43.483
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	20.183	304.338	324.521	323.897
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	67.656	-	67.656	65.225
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	2.031	54.372	56.403	54.419
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	2.494	101.315	103.809	102.700
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	28.013	379.073	407.086	394.643
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	41.073	349.556	390.629	377.322
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	26.257	238.816	265.073	256.521
Debêntures – Gov. do Estado de M. G. (12) (15)	2030/2031	IGP-M	R\$	-	31.980	31.980	31.052
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	10.469	302.027	312.496	299.540
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	26.151	421.622	447.773	433.167
ELETROBRÁS (15)	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	13.356	48.052	61.408	64.817
ELETROBRÁS (15)	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	44.311	226.945	271.256	276.179
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.978	79.673	81.651	80.812
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	6.860	104.095	110.955	106.707
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	24.250	309.285	333.535	332.253
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	3.828	73.587	77.415	74.689
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR+7,30	R\$	55.147	47.320	102.467	100.100
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	123.980	830.353	954.333	920.633
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	655	9.836	10.491	10.651
Banco do Brasil (14)	2020	TLJP + 2,55	R\$	-	28.249	28.249	20.805
Unibanco S.A. (14)	2021	TLJP + 2,55	R\$	-	4.062	4.062	-
BNDES – FINEM (10)	2014	TLJP + 4,30	R\$	9.702	92.843	102.545	79.876
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	3.982	2.083	6.065	9.441
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	11.695	237.500	249.195	249.536
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	13.417	112.500	125.917	122.114
ABN Amro (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	257	20.000	20.257	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	20.041	113.475	133.516	134.923
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	13.310	24.672	37.982	39.364
Dívida em Moeda Nacional				711.585	6.176.728	6.888.313	6.677.132
Total Geral Consolidado				797.822	6.573.275	7.371.097	7.076.933

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (13) Financiamento da Transchile;
- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	49.729	83.740	50.174	38.654	35.372	32.062	5.175	2.244	83.456	380.606
Euro	1.123	4.775	4.775	4.775	3.277	1.776	1.776	1.777	1.777	25.831
Yen	2.123	69.761	-	-	-	-	-	-	-	71.884
UMBNDDES (**)	307	718	473	349	349	349	349	349	1.220	4.463
	53.282	158.994	55.422	43.778	38.998	34.187	7.300	4.370	86.453	482.784
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	26.151	-	-	-	-	-	-	140.541	281.081	447.773
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	13.006	47.374	48.781	42.276	33.446	25.218	21.182	17.388	25.576	274.247
Certificado Depósito Interbancário – CDI	451.538	703.472	623.126	720.022	935.094	1.080.677	635.318	152.523	37.500	5.339.270
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	4.761	12.561	14.285	12.013	10.055	7.733	-	-	-	61.408
URTJ (*)	12.157	35.034	40.508	39.484	39.484	39.484	34.752	12.273	22.552	275.728
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	11.208	1.385	1.384	1.405	1.397	1.395	303.416	901	39.731	362.222
UMBNDDES (**)	1.603	2.680	2.931	2.931	2.931	2.931	2.931	978	-	19.916
Taxa Referencial – TR	80	55.067	47.320	-	-	-	-	-	-	102.467
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.772	-	124	247	585	585	708	261	-	5.282
	523.276	857.573	778.459	818.378	1.022.992	1.158.023	998.307	324.865	406.440	6.888.313
	576.558	1.016.567	833.881	862.156	1.061.990	1.192.210	1.005.607	329.235	492.893	7.371.097

- (*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros
- (**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.
- (***) IGP-DI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 30/09/2008	Varição acumulada em 2008	Indexadores	Varição no trimestre findo em 30/09/2008	Varição acumulada em 2008
	%	%		%	%
Dólar Norte-Americano	20,25	8,07	IGP-M	1,54	8,47
Euro	7,45	3,24	FINEL	0,31	2,36
Yen	19,97	13,55	CDI	3,16	8,72
			SELIC	3,22	8,83
			UMBNDDES	21,79	10,97

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 30/06/2008	7.076.933	74.688
Empréstimos e Financiamentos obtidos	69.007	-
Variação monetária e cambial	124.254	-
Encargos financeiros provisionados	191.480	2.726
Encargos financeiros pagos	(55.386)	-
Ajuste a Valor Presente	4.620	-
Amortização de financiamentos	(39.811)	-
Saldo em 30/09/2008	<u>7.371.097</u>	<u>77.414</u>

19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2008</u>	<u>30/06/2008</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	29.108	30.890
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	52.001	36.798
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	35.269	35.507
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.462	3.445
Eficiência Energética	161.533	154.132
Pesquisa e Desenvolvimento	139.026	131.552
Pesquisa Expansão Sistema Energético	17.467	17.618
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	34.819	35.056
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.755	2.364
	<u>475.647</u>	<u>448.569</u>
Passivo Circulante	459.153	431.216
Passivo Não Circulante	16.494	17.353

20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.130.864, apurado em 31 de dezembro de 2007, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Em 02 de junho de 2008, foi extinto com a assinatura do 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, que visou a transferência do saldo devedor do contrato referente ao Plano BD para o Plano A.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$ 949.784 em 30 de setembro de 2008 (R\$1.040.502 em 30 de junho de 2008) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido no exercício de 2007, R\$89.462 foram utilizados em agosto de 2008 para amortização do saldo devedor da dívida.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira e utilização de superávit para amortização da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionados nos parágrafos anteriores, não produziram efeitos contábeis no resultado da Cemig Distribuição. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$953.957 em 30 de setembro de 2008 (R\$936.746 em 30 de junho de 2008). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25% deste valor conforme consolidação proporcional.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 30 de abril de 2008.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 30 de junho de 2008	455.859	261.470	324.630	14.646	417.825	1.474.430
Despesa Reconhecida no Resultado	26.089	9.698	14.709	656	10.515	61.667
Contribuições Pagas	(24.113)	(5.396)	(7.198)	(177)	(2.114)	(38.998)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2008	457.835	265.772	332.141	15.125	426.226	1.497.099
Passivo Circulante	73.099	7.971				81.070
Passivo Não Circulante	384.736	257.801	332.141	15.125	426.226	1.416.029

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ					
Passivo Líquido em 30 de junho de 2008		22.083	15.982	720	17.283	56.068
Despesa Reconhecida no Resultado		1.488	741	34	533	2.796
Contribuições Pagas		(1.245)	(411)	(10)	(115)	(1.781)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2008		22.326	16.312	744	17.701	57.083
Passivo Circulante		3.809				3.809
Passivo Não Circulante		18.517	16.312	744	17.701	53.274

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

21) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R\$165.130, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

Consolidado

	Saldo Bruto em 30/06/2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 30/09/2008
Trabalhistas						
Diversos	120.824	168	(5.314)	115.678	(15.596)	100.082
Cíveis						
Danos Pessoais	31.802	2.944	-	34.746	-	34.746
Majoração Tarifária	108.594	4.809	-	113.403	(11.751)	101.652
Outras	144.593	7.138	(875)	150.856	(10.474)	140.382
Fiscais						
FINSOCIAL	21.048	91	-	21.139	(1.615)	19.524
PIS/COFINS	56.397	764	-	57.161	-	57.161
ICMS	19.153	-	-	19.153	-	19.153
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	72.010	2.250	-	74.260	-	74.260
Contribuição Social	6.633	67	-	6.700	-	6.700
INSS	35.018	(2.001)	-	33.017	-	33.017
Outras	10.166	219	-	10.385	(5.980)	4.405
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	52.193	2.816	-	55.009	(6.072)	48.937
Total	678.431	19.265	(6.189)	691.507	(51.488)	640.019

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Controladora

	Saldo Bruto em 30/06/2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 30/09/2008
Trabalhistas						
Diversos	69.918	-	(2.118)	67.800	(8.317)	59.483
Cíveis						
Danos Pessoais	24.659	2.763	-	27.422	-	27.422
Majoração Tarifária	82.605	3.977	-	86.582	(11.751)	74.831
Outras	79.354	5.184	-	84.538	(4.664)	79.874
Fiscais						
FINSOCIAL	21.048	91	-	21.139	(1.615)	19.524
ICMS	-	-	-	-	-	-
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	72.010	2.250	-	74.260	-	74.260
INSS	1.006	31	-	1.037	-	1.037
Outras	3.435	116	-	3.551	(3.551)	-
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	11.452	363	-	11.815	(6.072)	5.743
Total	365.487	14.775	(2.118)	378.144	(35.970)	342.174

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$113.403, integralmente provisionado.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Quanto ao alargamento da base de apuração do PIS e da COFINS, além de ter-se verificado a decadência do direito de cobrança pela autoridade fiscal, houve decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no processo movido pela Light, publicada em 30 de junho de 2008, em que foi declarado inconstitucional o art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98 e que atualmente aguarda apenas a interposição eventual de recurso pela Fazenda Nacional.

Com base na decisão proferida pelo STF, a Light SESA efetuou a reversão dos valores provisionados relativos à expansão da base de cálculo no montante de R\$108.090, em contrapartida à rubrica “despesa financeira” no resultado do 2º trimestre de 2008.

Assim sendo, em 30 de setembro de 2008 permanece provisionado R\$52.763 referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$19.153.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$74.260 (R\$72.010 em 30 de junho de 2008) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$33.017 (R\$35.018 em 30 de junho de 2008).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$43.194.

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$6.274.

(h) Outros

Refere-se basicamente a diversas reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 30 de setembro de 2008 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$316.755, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$28.812. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de setembro de 2008, de R\$281.685. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 30 de setembro de 2008 é R\$136.603. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$670.546, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R\$84.979. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda nessa ação como possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$103.098. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$129.204, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$17.763. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o Despacho ANEEL nº 288/2002, em conformidade ao pleito da Distribuidora, sendo que tal medida será somente efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008. Essa recontabilização e liquidação implica em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$76.076. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008 junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(vii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$700.002. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Saldo em 30 de junho de 2008	9.515.329
Lucro Líquido do Trimestre	516.237
Saldo em 30 de setembro de 2008	10.031.566

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R\$	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
(*)	(*)					
Residencial	9.004.712	8.712.765	6.732.489	6.498.148	3.235.000	3.281.194
Industrial	87.459	85.600	19.647.290	18.165.879	2.875.868	2.473.765
Comércio, Serviços e Outros	845.320	827.195	4.347.312	4.112.500	1.899.420	1.851.775
Rural	497.312	562.925	1.679.417	1.568.252	428.796	430.089
Poder Público	63.354	60.599	762.292	715.241	309.815	285.611
Iluminação Pública	3.173	2.668	914.760	911.782	228.614	239.118
Serviço Público	9.742	9.012	1.001.258	985.928	278.079	271.763
Sub-Total	10.511.072	10.260.764	35.084.818	32.957.730	9.255.592	8.833.315
Consumo Próprio	1.174	1.160	38.959	39.826	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	56.460	72.204
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	9.320	(2.705)
	10.512.246	10.261.924	35.123.777	32.997.556	9.321.372	8.902.814
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	83	47	8.419.530	9.942.896	983.605	796.595
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	11.266	85.809
Total	10.512.329	10.261.971	43.543.307	42.940.452	10.316.243	9.785.218

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.

A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS”, reembolsava, até abril de 2008, as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, estão pendentes de recebimento os valores do período de fevereiro de 2007 a dezembro de 2007.

A ANEEL incluiu na revisão tarifária de abril de 2008 os valores a serem reembolsados a Companhia pela subvenção aos consumidores de baixa renda a partir dessa data.

24) – RECEITA DE USO DA REDE

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	30/09/2008	30/09/2007
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição - TUSD	1.027.543	961.839
Receita de Uso da Rede Básica	436.502	305.501
Receita de Sistema de Conexão	93.871	160.213
	1.557.916	1.427.553

Conforme consta de alguns contratos de concessão de transmissão estabelecidos com a ANEEL, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Fornecimento de Gás	289.541	209.307	-	-
Serviço Taxado	13.944	10.872	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	69.319	111.960	-	-
Prestações de Serviços	75.402	54.084	-	343
Aluguel e Arrendamento	40.929	39.721	392	316
Outras	4.272	23.030	-	-
	493.407	448.974	392	659

26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Tributos sobre a Receita				
ICMS	2.302.550	2.238.017	-	-
COFINS	936.883	884.641	-	-
PIS-PASEP	190.455	188.906	-	-
ISSQN	2.800	700	-	13
	<u>3.432.688</u>	<u>3.312.264</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	132.869	120.406	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	29.164	24.095	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	293.883	292.101	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	293.518	331.744	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	20.834	21.559	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	20.484	19.980	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	8.689	19.757	-	-
Encargos de Capacidade Emergencial	-	7.217	-	-
	<u>799.441</u>	<u>837.559</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
	<u>4.232.129</u>	<u>4.149.123</u>	<u>-</u>	<u>13</u>

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

27) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Pessoal, Administradores e Conselheiros	822.972	732.573	18.106	18.734
Obrigações Pós-Emprego	187.157	93.210	8.389	3.858
Materiais	72.657	66.585	140	213
Matéria-Prima	65.185	44.768	-	-
Serviços de Terceiros	474.204	439.292	8.146	8.189
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.177.689	1.949.745	-	-
Depreciação e Amortização	542.234	585.294	175	525
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	98.542	101.731	-	-
Provisões Operacionais	175.570	210.438	46.840	43.486
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	530.621	494.263	-	-
Gás Comprado para Revenda	167.841	101.154	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (Recuperação de Despesas)	192.586	211.433	(1.651)	4.203
	<u>5.507.258</u>	<u>5.030.486</u>	<u>80.145</u>	<u>79.208</u>

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Remunerações e Encargos	754.541	723.654	13.381	15.136
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	45.303	47.925	1.939	1.836
Benefícios Assistenciais	86.655	80.753	1.971	1.762
	<u>886.499</u>	<u>852.332</u>	<u>17.291</u>	<u>18.734</u>
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	39.753	-	815	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	<u>(103.280)</u>	<u>(119.759)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>822.972</u>	<u>732.573</u>	<u>18.106</u>	<u>18.734</u>

PROGRAMA PRÊMIO DESLIGAMENTO - PPD

Em 11 de março de 2008, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea, a partir daquela data. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Para os empregados com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, somente são assegurados os incentivos financeiros do Programa se a adesão ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a data de atendimento aos critérios de idade e tempo de contribuição mencionados.

Em 30 de setembro de 2008 o PPD já contava com a adesão de 384 empregados (88 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 287 da Cemig Distribuição S.A. e 9 da Cemig Holding), sendo constituída uma provisão referente aos incentivos financeiros no valor de R\$39.753.

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	30/09/2008	30/09/2007
Energia de Itaipu Binacional	676.954	887.725
Energia de curto prazo	235.407	34.580
PROINFA	98.845	53.279
Contratos Iniciais	10.992	11.573
Contratos Bilaterais	309.177	209.084
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	734.395	753.504
Energia RTE/Parcela A	111.919	-
	<u>2.177.689</u>	<u>1.949.745</u>

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Prêmio de Aposentadoria (Reversão de provisão)	(2.229)	(691)	(26)	2.134
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	85.324	115.424	(11.390)	(2.179)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	5.838	36.032	(4.995)	33.816
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	5.989	32.812	(865)	2.812
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	49.162	(9.477)	42.407	(9.477)
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	18.700	18.299	16.736	16.892
Lucro Inflacionário	(4.382)	4.513	(4.382)	4.513
Outras	17.168	13.526	9.355	(5.025)
	<u>175.570</u>	<u>210.438</u>	<u>46.840</u>	<u>43.486</u>

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Arrendamentos e Aluguéis	28.511	26.745	326	348
Propaganda e Publicidade	22.511	18.861	627	330
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.517	12.426	-	-
Subvenções e Doações	24.218	20.126	600	590
Taxa de Fiscalização da ANEEL	31.314	27.886	-	-
Concessão Onerosa	14.351	9.570	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	15.476	5.819	109	62
Seguros	4.693	4.234	98	33
Contribuição ao MAE	2.920	2.624	3	2
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	24.102	22.517	-	-
PROINFA	7.927	5.512	-	-
Ajuste a Valor Presente – Concessão Onerosa	(8.542)	-	-	-
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	4.929	-	-	-
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	8.659	55.113	(3.414)	2.838
	192.586	211.433	(1.651)	4.203

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

28) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	201.192	143.417	4.409	5.453
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	127.098	92.506	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	119.029	118.484	-	-
Variação Monetária da CVA	28.727	36.656	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	93.944	380.551	4.356	20.146
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	68.576	104.494	-	-
Variações Cambiais	22.375	117.509	49	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(33.158)	9.916	(23.359)	(25.276)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	4.144	3.370	-	-
Ajuste a Valor Presente	20.490	-	-	-
Compensação Financeira - RME	82.702	-	82.702	-
Rendas FIDC	-	-	27.225	24.485
Outras	106.054	115.342	18.174	40.341
	841.173	1.122.245	113.556	65.149
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(619.517)	(650.872)	(7.571)	(7.817)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(7.631)	(123.942)	-	-
Variação Monetária da CVA	(23.245)	(30.496)	-	-
Variações Cambiais	(55.774)	(11.870)	(11)	(1.704)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(73.587)	(24.036)	-	(237)
C.P.M.F.	(6.581)	(52.848)	(2.375)	(4.716)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(24.173)	(156.385)	(4.357)	(20.146)
Ajuste a Valor Presente	(23.138)	-	-	-
Reversão da Provisão do PIS/COFINS	108.090	-	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(23.825)	(132.880)	-	-
Outras	(109.576)	(100.404)	(30.124)	(20.348)
	(858.957)	(1.283.733)	(44.438)	(54.968)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(17.784)	(161.488)	69.118	10.181

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no 3º trimestre de 2008 no montante de R\$2.733, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado e não houve variação monetária ou cambial capitalizada no mesmo período (R\$6.697 de encargos financeiros e não houve variações monetárias/cambiais no 3º trimestre de 2007).

Foi registrada em 2008 uma receita financeira no montante de R\$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira. Vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 21.

A Companhia reconheceu um ganho financeiro, no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$82.702, referente a uma compensação financeira a ser paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos direitos dos sócios da RME sobre os ativos de geração da Light por um valor previamente acordado. Um dos acionistas da RME realizou o pagamento integral em julho de 2008 sendo que os demais farão o pagamento em um período máximo de 9 anos, com correção pela SELIC mais 1,00% ao ano, utilizando-se de 10,00% dos dividendos a serem pagos pela LIGHT aos acionistas da RME nesse período.

29) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	492.226	465.888	-	-	113.529	112.900	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	26.993	3.616	38.329	9.705	17.282	-	(63.510)	(52.480)
Coligadas e Controladas ou Controladoras	12.710	4.843	9.969	4.168	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	562.005	517.515	-	-	139.007	140.900	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	38.329	9.705	26.993	3.616	63.510	52.480	(17.282)	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	394	394	34	20	-	-	-	-
Light S.A.								
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	100	361	103	584	16.098	41.277	(4.335)	(16.323)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.626	1.936	-	-	52.704	47.663	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante	165.914	148.939	294.926	292.945	(1.940.098)	(1.872.557)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (2)	1.757.492	1.714.504	-	-	-	31.831	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	66.969	69.330	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (3)	29.436	31.889	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	96.675	96.675	-	-	-	-
Debêntures (4)	-	-	31.980	31.052	-	-	(928)	(3.082)
Fundo de Direitos Creditórios (5)	-	-	954.333	920.633	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (6)	-	-	19.535	19.403	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (7)	-	-	73.100	78.247	-	-	(187.157)	(93.210)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (7)	-	-	1.158.228	1.134.713	-	-	-	-
Outros	-	-	15.010	14.062	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(86.655)	(80.753)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(8.647)	(9.520)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	7.155	7.155	-	-	-	-	-	-
	38.534	41.419	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão e Light Energia, decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento;
- (2) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (3) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão (valores ajustados a valor presente em setembro de 2008);
- (5) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (6) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a. a.);
- (7) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, CEMIG GT e CEMIG D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 20.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 9, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 26 e 28.

30) – EXPOSIÇÃO CAMBIAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2008, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item b.

a) Risco de taxas de câmbio – Exposição Cambial

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008
Dólar Norte-Americano (nota 18)		
Empréstimos e Financiamentos	380.606	311.155
Operações contratadas de hedge/swap (*)	(47.472)	(26.808)
	<u>333.174</u>	<u>284.347</u>
Yen (nota 18)		
Empréstimos e Financiamentos	71.884	59.337
(-) Operações contratadas de hedge	(69.742)	(58.131)
	<u>2.142</u>	<u>1.206</u>
Outras Moedas Estrangeiras (nota 18)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	25.831	25.475
Outros	4.463	3.834
	<u>30.294</u>	<u>29.309</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>365.570</u>	<u>314.862</u>

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres indexados a variação do dólar norte-americano.

b) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da CEMIG contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações geraram perdas de janeiro a setembro de 2008 e 2007 nos montantes de R\$19.681 e R\$129.510, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado (justo) de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, as perdas não realizadas registradas e a respectiva estimativa do valor justo destes instrumentos em 30 de setembro de 2008.

O valor justo estimado para os derivativos foi apurado calculando-se o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam os instrumentos nas datas de apuração.

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado*	Perda não realizada				Efeito acumulado	
				Valor Contábil		Valor Justo		Valor recebido	Valor pago
				30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/09/2008
US\$ variação cambial + taxa (3,30% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 10/2008 até 06/2013	US\$63.954	(120.347)	(139.868)	(135.876)	(151.061)	-	(12.931)
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90 % a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(40.102)	(47.026)	(49.354)	(65.514)	-	-
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou variação cambial mensal (o que for maior)	Em 07/2010	R\$75.000	(4.491)	16	(4.491)	16	1.680	(11.822)
				(164.940)	(186.878)	(189.721)	(216.559)	1.680	(24.753)

(*) Valor principal contratado (em milhares) nas datas de 30/09/2008 e 30/06/2008.

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 30 de setembro de 2008, é negativo em R\$483 (R\$2.849 em 30 de junho de 2008).

Análise de sensibilidade (informação não revisada pelos auditores independentes)

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela acima indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI no final de 2008 será de 13,75%, o que representará uma despesa no resultado no montante de R\$6.290. Nos cenários possível e remoto de uma taxa do CDI de 17,19% e 20,63%, respectivamente, no final de 2008, os impactos no resultado seriam de R\$7.773 e R\$9.223.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação da cotação mensal do dólar norte-americano em relação ao Real (caso seja superior a 48,00% do CDI). A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2008 será de R\$2,00. Neste cenário, considerando que este instrumento derivativo tem liquidação mensal, o impacto no resultado no 4º trimestre de 2008 será de R\$13.550 (não considerando os efeitos fiscais). Nos cenários possíveis e remotos de uma cotação do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2008 de R\$2,50 e R\$3,00, respectivamente, os impactos no resultado seriam de R\$22.947 e R\$42.536.

31) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

Em 07 de abril de 2008, a ANEEL divulgou o resultado da 2ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O impacto percebido pelos consumidores será uma redução média de 12,24% nas contas de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2008, devendo ser considerado que o reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram uma redução de 17,11% em suas contas de energia comparada a uma redução de 8,02% para os consumidores de alta tensão.

O resultado da Revisão se insere no contexto da regulamentação em vigor que prevê o repasse de ganhos de produtividade à tarifa cobrada aos consumidores, resultantes de redução de custos obtida nos últimos anos do ciclo tarifário.

No que se refere às tarifas de uso do Sistema de Distribuição – TUSD, cobradas dos consumidores livres em função da utilização da rede da Cemig Distribuição, ocorreu um aumento de 2,01% na tarifa, resultado principalmente do aumento de 3,25% nos consumidores conectados em 138kV.

Deve ainda ser ressaltado que a partir do 2º ciclo de revisão tarifária da Companhia, ou seja, 8 de abril de 2008, as Obrigações Especiais passaram a ser amortizadas, com o registro a crédito no resultado do exercício, utilizando-se a taxa média de depreciação dos ativos que lhe deram origem. De acordo com a estimativa da Companhia, o valor credor a ser registrado no resultado de 2008 referente a essa depreciação corresponde a aproximadamente R\$88.000.

32) – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de outubro de 2008, após a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e demais credores, a CEMIG através da sua controlada em conjunto Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE concluiu a aquisição de 80% do capital social da LUMITRANS – Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.. A EATE pagou R\$32.455 pelas ações da Lumitrans e R\$56.779 pelas ações da STC.

33) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	1.605.794	1.468.758	1.641.389	1.468.758
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	542.234	585.294	175	525
Baixas Líquidas de Imobilizado	18.355	21.018	9	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.752.183)	(1.600.700)
Participação de Minoritários	84.983	89.039	-	-
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(6.290)	(355.400)	(84.235)	(44.394)
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	24.173	156.385	4.357	20.146
Provisões para Perdas Operacionais	90.557	114.484	87.977	43.486
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	19.681	129.510	-	-
Obrigações Pós-Emprego	187.157	93.210	8.388	3.858
Impostos Federais Diferidos	(70.296)	(196.704)	(6.228)	(15.526)
Outros	(1.680)	(18.449)	-	1.698
	<u>2.494.668</u>	<u>2.087.145</u>	<u>(100.351)</u>	<u>(122.149)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(14.143)	(155.542)	-	-
Revendedores – Transações na CCEE/MAE	11.878	92.579	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	274.911	266.167	-	-
Créditos Tributários Diferidos	361.770	(233.828)	97.905	17.138
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	128.756	122.007	-	-
Tributos Compensáveis	(670.059)	(968.467)	5.600	(41.625)
Outros Ativos Circulantes	(37.615)	91.260	(14.999)	(4.970)
Despesas Antecipadas – CVA	(157.729)	(210.093)	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	563.667	1.122.034
Concessionária Transporte de Energia	9.594	(86.895)	-	-
Depósitos Judiciais	(34.060)	(26.535)	5.052	(1.817)
Reajuste Tarifário Diferido	284.896	388.132	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(20.912)	(26.126)	(3.280)	(2.556)
	<u>137.287</u>	<u>(747.341)</u>	<u>653.945</u>	<u>1.088.204</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(197.673)	(145.519)	(3.896)	(4.475)
Tributos e Contribuição Social	404.188	1.053.486	(21.386)	77.051
Salários e Contribuições Sociais	(8.484)	32.740	2.502	2.230
Encargos Regulatórios	61.919	(11.873)	-	-
Empréstimos e Financiamentos	186.940	(54.923)	(1.908)	(3.427)
Obrigações Pós-Emprego	(155.637)	(176.543)	(6.843)	(9.338)
Passivo Regulatório – CVA	(88.715)	330.710	-	-
Instrumentos Financeiros	(21.189)	(16.142)	-	-
Outros	(104.835)	59.035	(87.257)	20.464
	<u>76.514</u>	<u>1.070.971</u>	<u>(118.788)</u>	<u>82.505</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	2.708.469	2.410.775	434.806	1.048.560
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	237.218	369.944	-	-
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	899	7.267
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(700.605)	(872.039)	-	(30.246)
Empréstimos de Curto Prazo	-	600.000	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(432.593)	(680.470)	(432.593)	(680.470)
	<u>(895.980)</u>	<u>(582.565)</u>	<u>(431.694)</u>	<u>(703.449)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.812.489	1.828.210	3.112	345.111
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(63.227)	(93.936)	53.762	(9.935)
No Imobilizado	(847.669)	(844.326)	(205)	(9)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	49.703	151.320	-	-
No Diferido	(5.509)	(4.401)	-	-
	<u>(866.702)</u>	<u>(791.343)</u>	<u>53.557</u>	<u>(9.944)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	945.787	1.036.867	56.669	335.167
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	2.066.219	1.375.501	21.953	23.389
No fim do período	<u>3.012.006</u>	<u>2.412.368</u>	<u>78.622</u>	<u>358.556</u>
	945.787	1.036.867	56.669	335.167

34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2008

(não revisada pelos auditores independentes)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP,ENTE, ERTE,EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	11.106.774	8.346.829	10.136.641	2.324.320	269.697	446.092	288.167	143.082	123.150	559.156	(8.609.368)	25.134.540
Disponibilidade	78.622	1.322.956	960.242	216.860	29.628	124.331	38.971	52.393	42.314	145.689	-	3.012.006
Contas a Receber	1.895.924	383.927	1.734.600	382.653	9.552	156.713	-	4.907	3.307	31.446	(312.612)	4.290.417
Ativo Regulatório	-	21.575	1.748.331	77.681	-	-	-	-	-	-	-	1.847.587
Outros Ativos	635.323	824.815	1.518.817	565.981	5.187	47.209	45.300	14.282	4.579	35.186	(65.119)	3.631.560
Investimentos/Imobilizado/Diferido	8.496.905	5.793.556	4.174.651	1.081.145	225.330	117.839	203.896	71.500	72.950	346.835	(8.231.637)	12.352.970
PASSIVO	11.106.774	8.346.829	10.136.641	2.324.320	269.697	446.092	288.167	143.082	123.150	559.156	(8.609.368)	25.134.540
Fornecedores e suprimentos	7.885	109.919	550.638	105.470	483	36.613	5.214	6.379	5.101	14.804	(73.904)	768.602
Empréstimo, Financiamento e Debentures	77.414	2.932.324	2.635.952	546.751	136.058	-	-	-	-	88.265	954.333	7.371.097
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	448.864	562.005	492.226	-	9.045	-	3.933	-	3.000	22.556	(1.092.765)	448.864
Obrigações Pós-Emprego	57.083	281.186	893.058	265.772	-	-	-	-	-	-	-	1.497.099
Outros Passivos	483.962	804.275	2.570.691	556.926	11.534	173.119	10.201	23.369	8.947	52.141	(165.395)	4.529.770
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	84.009	-	-	-	-	-	-	-	84.009
Participações minoritárias	-	-	-	403.533	-	-	-	-	-	-	-	403.533
Patrimônio Líquido	10.031.566	3.657.120	2.994.076	361.859	112.577	236.360	268.819	113.334	106.102	381.390	(8.231.637)	10.031.566
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	392	2.189.882	4.628.983	981.312	55.592	226.105	60.720	30.968	24.352	136.197	(199.066)	8.135.437
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(18.106)	(191.183)	(553.600)	(41.729)	(1.452)	(8.310)	(5.062)	(773)	(867)	(1.890)	-	(822.972)
Pessoal - Administradores e Conselheiros												
Obrigações Pós-Emprego	(8.389)	(36.013)	(111.506)	(31.249)	-	-	-	-	-	-	-	(187.157)
Materiais	(140)	(10.518)	(57.438)	(2.856)	(73)	(638)	(459)	(188)	(117)	(230)	-	(72.657)
Materia Prima	-	(65.185)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.185)
Serviços de Terceiros	(8.146)	(69.256)	(311.874)	(49.387)	(3.090)	(2.940)	(12.814)	(1.985)	(1.762)	(12.950)	-	(474.204)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(94.888)	-	-	-	-	-	(1.044)	(678)	(1.932)	-	(98.542)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.785.448)	(486.423)	-	-	-	-	(2.129)	(10.882)	107.193	(2.177.689)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(200.945)	(345.748)	(66.910)	-	-	-	-	(2.457)	(6.434)	91.873	(530.621)
Depreciação e Amortização	(175)	(167.245)	(271.228)	(61.326)	(5.645)	(3.019)	(20.340)	(1.842)	(1.630)	(9.784)	-	(542.234)
Provisões Operacionais	(46.840)	1.013	(62.077)	(65.532)	-	-	-	-	-	(2.134)	-	(175.570)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(167.841)	-	-	-	-	-	(167.841)
Outras Despesas Líquidas	1.651	(48.820)	(117.754)	(16.212)	(796)	(3.712)	(4.959)	(272)	(136)	(1.576)	-	(192.586)
	(80.145)	(883.040)	(3.616.673)	(821.624)	(11.056)	(186.460)	(43.634)	(6.104)	(9.776)	(47.812)	199.066	(5.507.258)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(79.753)	1.306.842	1.012.310	159.688	44.536	39.645	17.086	24.864	14.576	88.385	-	2.628.179
Resultado Financeiro	69.118	(179.749)	(12.608)	89.462	(11.854)	10.744	3.722	4.370	3.233	5.778	-	(17.784)
Lucro (prejuízo) Operacional	(10.635)	1.127.093	999.702	249.150	32.682	50.389	20.808	29.234	17.809	94.163	-	2.610.395
Resultado Não Operacional	(6.674)	(10.278)	(5.159)	2.547	4	-	318	-	-	(1)	-	(19.243)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(17.309)	1.116.815	994.543	251.697	32.686	50.389	21.126	29.234	17.809	94.162	-	2.591.152
Imposto de Renda e Contribuição Social	(91.171)	(325.078)	(280.039)	(74.094)	(10.538)	(16.056)	(7.297)	(9.928)	(1.968)	(18.523)	-	(834.692)
Participações Minoritárias	-	-	-	(84.983)	-	-	-	-	-	-	-	(84.983)
Participações dos Empregados	(2.314)	(14.760)	(48.467)	-	-	-	-	-	-	(142)	-	(65.683)
Lucro Líquido do Exercício	(110.794)	776.977	666.037	92.620	22.148	34.333	13.829	19.306	15.841	75.497	-	1.605.794

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2007

(não revisada pelos auditores independentes)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME LIGHT	EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETPE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	FIDC	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	10.324.070	8.091.376	10.626.713	2.095.101	265.767	372.981	377.895	146.030	112.755	455.407	961.050	(8.373.817)	25.455.328
Disponibilidades	358.556	975.994	626.801	140.110	29.922	94.054	32.748	40.815	30.043	83.325	-	-	2.412.368
Contas a Receber	1.082.938	389.611	2.998.719	527.164	8.264	160.729	33.729	4.485	3.033	24.870	961.050	(435.081)	5.759.511
Ativo Regulatório	-	43.223	1.546.021	15.711	-	-	-	-	-	-	-	-	1.604.955
Outros Ativos	734.739	881.588	1.507.932	417.196	4.680	27.754	53.600	28.219	4.755	21.554	-	(74.491)	3.607.526
Investimentos/Imobilizado/Diferido	8.147.837	5.800.960	3.947.240	994.920	222.901	90.444	257.818	72.511	74.924	325.658	-	(7.864.245)	12.070.968
PASSIVO	10.324.070	8.091.376	10.626.713	2.095.101	265.767	372.981	377.895	146.030	112.755	455.407	961.050	(8.373.817)	25.455.328
Fornecedores e Suprimento	1.871	141.615	858.079	137.492	1.234	37.147	22.743	4.630	3.623	18.251	-	(47.448)	1.180.236
Emprestimo, Financiamento e Debentures	76.952	3.134.586	2.797.735	443.938	147.786	-	12.452	-	-	55.072	961.050	-	7.629.571
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	693.358	140.900	169.704	-	7.236	-	-	-	-	3.378	-	(321.218)	693.358
Obrigações Pós-Emprego	57.202	285.416	916.122	244.873	-	-	-	-	-	-	-	-	1.503.613
Outros Passivos	503.476	952.918	2.938.828	555.211	9.112	145.782	11.155	32.192	6.838	39.475	-	(140.905)	5.055.082
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	87.371	-	-	-	-	-	-	-	-	87.371
Participações minoritárias	-	-	-	293.666	-	-	21.220	-	-	-	-	-	314.886
Patrimônio Líquido	8.991.211	3.435.941	2.944.245	332.550	100.389	190.052	310.325	109.208	102.294	339.231	-	(7.864.245)	8.991.211
RESULTADO													
Receita Operacional Líquida	646	1.952.439	4.337.901	982.286	50.245	162.332	89.764	28.796	20.894	94.538	16.728	(223.947)	7.512.622
Custo e Despesa Operacional													
Pessoal	(18.734)	(173.409)	(465.352)	(53.993)	(1.113)	(6.624)	(9.801)	(738)	(974)	(1.835)	-	-	(732.573)
Materiais	(213)	(10.897)	(50.356)	(2.845)	(211)	(764)	(883)	(137)	(123)	(156)	-	-	(66.585)
Materia Prima	-	(44.768)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.768)
Serviços de Terceiros	(8.189)	(64.029)	(266.063)	(47.942)	(2.846)	(3.241)	(25.278)	(3.195)	(1.996)	(16.513)	-	-	(439.292)
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos	-	(98.697)	-	-	-	-	-	(958)	(804)	(1.272)	-	-	(101.731)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.954)	(1.574.176)	(474.816)	-	-	-	(359)	(335)	(2.385)	-	116.290	(1.949.745)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(188.715)	(337.885)	(66.526)	-	-	-	-	(2.497)	(6.297)	-	107.657	(494.263)
Depreciação e Amortização	(525)	(166.946)	(304.570)	(63.156)	(5.505)	(2.992)	(28.896)	(1.881)	(1.629)	(9.194)	-	-	(585.294)
Obrigações Pós-Emprego	(3.858)	(17.237)	(55.178)	(16.937)	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.210)
Provisões Operacionais	(43.486)	(4.936)	(99.559)	(59.353)	-	-	(661)	-	-	(2.383)	-	-	(210.438)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(101.154)	-	-	-	-	-	-	(101.154)
Outras Despesas Líquidas	(4.203)	(56.827)	(119.547)	(15.372)	(682)	(3.089)	(9.927)	(266)	(248)	(1.272)	-	-	(211.433)
	(79.208)	(840.475)	(3.272.686)	(800.940)	(10.357)	(117.864)	(75.446)	(7.534)	(8.606)	(41.317)	-	223.947	(5.030.486)
OUTRAS RECEITAS (PASEP/COFINS)	16.728	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.728)	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas Financeiras)	(61.834)	1.111.964	1.065.215	181.346	39.888	44.468	14.318	21.262	12.288	53.221	-	-	2.482.136
Resultado Financeiro	10.181	(226.526)	20.696	22.676	(8.084)	6.220	1.583	3.454	2.499	5.813	-	-	(161.488)
Lucro (prejuízo) Operacional	(51.653)	885.438	1.085.911	204.022	31.804	50.688	15.901	24.716	14.787	59.034	-	-	2.320.648
Resultado não Operacional	(5.763)	3.527	(25.949)	(4.900)	6	(4)	121	-	-	(290)	-	-	(33.252)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	(57.416)	888.965	1.059.962	199.122	31.810	50.684	16.022	24.716	14.787	58.744	-	-	2.287.396
Imposto de Renda e Contribuição Social	(73.291)	(248.022)	(305.992)	9.623	(10.061)	(16.163)	(4.941)	(8.384)	(1.837)	(6.781)	-	-	(665.849)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(1.235)	(15.015)	(47.500)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.750)
Participações Minoritárias	-	-	-	(88.200)	-	-	(839)	-	-	-	-	-	(89.039)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(131.942)	625.928	706.470	120.545	21.749	34.521	10.242	16.332	12.950	51.963	-	-	1.466.758

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a setembro de 2008, um lucro líquido consolidado de R\$1.605.794, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$1.468.758 no mesmo período de 2007, um aumento de 9,33%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 8,29% na receita líquida e pela variação positiva do resultado financeiro, sendo parcialmente compensado pelo aumento de 9,48% nos custos e despesas operacionais. O resultado financeiro passou de uma despesa líquida de R\$161.488 em 2007 para R\$17.784 em 2008.

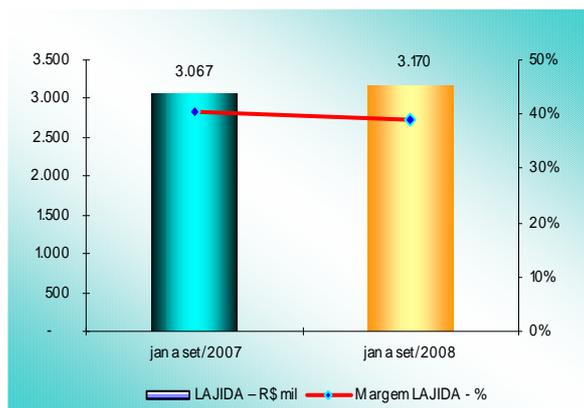
Cabe ressaltar que a Companhia teve um efeito negativo em seu resultado de 2008 em função da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujo impacto médio nas tarifas dos consumidores foi uma redução de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no período de janeiro a setembro de 2008 foi de R\$3.170.413 comparados a R\$3.067.430 no mesmo período do ano anterior, um aumento de 3,36%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 4,07%.

Em função da revisão tarifária da Cemig Distribuição, a ANEEL incluiu na tarifa a ser aplicada a partir de 8 de abril de 2008 determinados itens financeiros referentes a exercícios anteriores que implicaram no reconhecimento de ativos e passivos regulatórios que estão sendo recebidos e/ou descontados na tarifa a ser recebida dos consumidores no período de 8 de abril de 2008 a 7 de abril de 2009. O impacto no Lajida desse reconhecimento não recorrente dos itens financeiros foi de R\$58.533, conforme tabela abaixo:

LAJIDA	30/09/2008	30/09/2007	Var %
Lucro Líquido	1.605.794	1.468.758	9,33
+ Provisão IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	834.692	665.849	25,36
+ Resultado não Operacional	19.243	33.252	(42,13)
+ Resultado Financeiro	17.784	161.488	(88,99)
+ Amortização e Depreciação	542.234	585.294	(7,36)
+ Participação nos Resultados	65.683	63.750	3,03
+ Participação de Minoritários	84.983	89.039	(4,56)
= LAJIDA	3.170.413	3.067.430	3,36
Itens não recorrentes:			
- Revisão Tarifária – Receita Líquida	(62.863)	-	-
+ Revisão Tarifária – Despesa Operacional	4.330	-	-
+ Programa Prêmio de Desligamento - PPD	39.753	-	-
- CVA Energia	-	(29.245)	-
- Reversão de Provisão para contingências - COFINS - Light	-	(40.750)	-
+ Revisão da receita de transmissão - Resolução Homologatória n°496	-	30.919	-
= LAJIDA AJUSTADO	3.151.633	3.028.354	4,07



O crescimento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007 deve-se, principalmente, ao aumento de 8,29% na receita líquida parcialmente compensado pelo aumento de 11,69% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O aumento das despesas em 2008 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 40,26% no período de janeiro a setembro de 2007 para 38,97% em 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$10.316.243 no período de janeiro a setembro de 2008 em comparação a R\$9.785.218 no mesmo período de 2007, um aumento de 5,43%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores, no que se refere a venda para consumidores finais:

- ❑ Reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 5,16%, a partir de 8 de abril de 2007 (efeito integral em 2008);
- ❑ Reposicionamento tarifário na Cemig Distribuição cujo impacto médio nas tarifas dos consumidores foi uma redução de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008;
- ❑ Aumento de 6,45% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).
- ❑ Reconhecimento de receita não recorrente referente a itens financeiros de anos anteriores que foram incluídos na tarifa da Cemig Distribuição, o que implicou na constituição de ativos regulatórios no valor bruto de R\$67.194.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/09/08	30/09/07	Var %
Residencial	6.732.489	6.498.148	3,61
Industrial	19.647.290	18.165.879	8,15
Comércio, Serviços e Outros	4.347.312	4.112.500	5,71
Rural	1.679.417	1.568.252	7,09
Poder Público	762.292	715.241	6,58
Iluminação Pública	914.760	911.782	0,33
Serviço Público	1.001.258	985.928	1,55
Total	35.084.818	32.957.730	6,45

O aumento de 3,61% no fornecimento da classe residencial, deve-se principalmente ao aumento de 3,35% no número de consumidores faturados e à influência positiva de variáveis econômicas relacionadas com o comportamento das famílias (melhoria do mercado de trabalho, elevação da massa salarial, facilidade de crédito para pessoa física com alongamento nos prazos de financiamento e crescimento das vendas do comércio varejista).

Na classe comercial, além do aumento de 2,19% no número de consumidores, o melhor desempenho do comércio varejista, alojamento e alimentação, serviços de comunicação, instituições financeiras, saúde e comércio atacadista, contribuíram para o aumento da receita no período de janeiro a setembro de 2008 em relação ao mesmo período de 2007.

Na classe industrial o melhor desempenho da indústria propiciou um aumento de 10,9% no consumo do segmento cativo. Além disso, um aumento no fornecimento cativo para alguns clientes parcialmente livres (clientes híbridos) e o aumento de 2,17% no número de consumidores, impactou no crescimento da quantidade de energia fornecida a essa classe de consumidores e conseqüentemente para o aumento da receita em 2008.

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$994.871 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$882.404 no mesmo período de 2007. Este resultado decorre basicamente do aumento do preço da energia uma vez que a quantidade negociada apresentou uma redução de 15,32% em função, principalmente, da escassez de energia disponível, devido ao menor volume de chuvas em 2008. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 8.419.530 MWh no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a 9.942.896 MWh no mesmo período de 2007.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 9,13% correspondente a R\$130.363 (R\$1.557.916 em 2008 comparados a R\$1.427.553 em 2007).

A Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição e Light correspondeu a R\$1.027.543 comparados a R\$961.839 em 2007, um aumento de 6,83%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico.

Compõem ainda o saldo dessa rubrica as receitas uso da rede básica e de sistema de conexão, que foram de R\$530.373 em 2008 em comparação a R\$465.714 em 2007, um aumento de 13,88%.

Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- ❑ a contabilização pela Cemig Geração e Transmissão, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R\$30.919, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL;
- ❑ reajuste da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, aumento de 11,80%, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;
- ❑ entrada em operação de expansões da rede, com a conseqüente adição de receita pelo Órgão Regulador.

Vide nota explicativa nº 24 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Não Circulante como despesas antecipadas.

A partir de março de 2008 a Companhia passou a receber na tarifa os valores registrados como ativo da Parcela A. Dessa forma, é transferida para a despesa operacional a parcela dos custos não controláveis que foram efetivamente recebidos na tarifa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6, item “b”.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$4.232.129 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$4.149.123 no mesmo período de 2007, um aumento de 2,00%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$293.518 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$331.744 no mesmo período de 2007, representando uma redução de 11,52%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a dedução à receita registrada corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$293.883 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$292.101 no mesmo período de 2007, um aumento de 0,61%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no período de janeiro a setembro de 2008 foram de R\$5.507.258 comparados a R\$5.030.486 no mesmo período de 2007, um aumento de 9,48%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos com compra de energia elétrica, Pessoal, Benefícios Pós-Emprego e Gás Comprado para Revenda. Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a setembro de 2008 foi de R\$822.972 comparados a R\$732.573 no mesmo período de 2007, um aumento de 12,34%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 5,00% concedido aos empregados em novembro de 2007;
- provisão referente ao Programa Prêmio de Desligamento – PPD, no montante de R\$39.753, no período de janeiro a setembro de 2008; e,
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$103.280 em 2008 e R\$119.759 em 2007).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Deve ainda ser mencionado que parte dos valores recebidos mensalmente pela Companhia para amortização da Parcela "A", tem como efeito o registro da despesa correspondente nesta rubrica, o que representou, no caso da Cemig Distribuição, o valor de R\$111.919. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 6.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou uma redução de 7,36% na comparação entre os períodos, R\$542.234 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$585.294 no mesmo período de 2007. Esta variação decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária, conforme explicado em maiores detalhes na nota explicativa nº 32 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$187.157 no período de janeiro a setembro de 2008, comparados a R\$93.210 no mesmo período de 2007, representando um aumento de 100,79%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento dessa despesa em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros, o que elevou o valor das obrigações atuariais.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$175.570 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$210.438 no mesmo período de 2007, uma redução de 16,57%. Esta redução decorre principalmente dos seguintes fatores:

- ❑ menor provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$85.324 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$115.424 no mesmo período de 2007);
- ❑ menor provisão para contingências trabalhistas (R\$5.838 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$36.032 no mesmo período de 2007);
- ❑ menor provisão para processos administrativos da ANEEL em decorrência do valor de R\$30.000, registrado em março de 2007. O valor dessa despesa foi de R\$5.989 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$32.812 no mesmo período de 2007).

Vide maiores informações na notas explicativas nº 21 e nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no período de janeiro a setembro de 2008 foi de R\$530.621 comparados a R\$494.263 no mesmo período de 2007, um aumento de 7,36%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$167.841 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R\$101.154 no mesmo período de 2007, um aumento de 65,93%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada nos períodos comparados, consequência da maior operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no exercício de 2008. No período de janeiro a setembro de 2008 a quantidade adquirida de gás foi de 665.407.918 m³ comparados a 423.697.911m³ no mesmo período de 2007, um aumento de 57,05%.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no período de janeiro a setembro de 2008 foi uma despesa financeira líquida de R\$17.784 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$161.488 no mesmo período de 2007, uma variação positiva de R\$143.704 entre os dois períodos. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Aumento de R\$57.775 na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2008.
- ❑ Aumento de 37,39% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$127.098 no período de janeiro a setembro de 2008 em comparação a R\$92.506 no mesmo período de 2007. Além de outros atrasos de pagamentos de contas de energia pelos clientes, que impactaram significativamente na variação desta rubrica, no primeiro trimestre de 2008 a Companhia reconheceu uma receita no montante de R\$10.516, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.
- ❑ Receita Financeira registrada em 2008, no montante de R\$82.702, referente a compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 28.
- ❑ Redução de 56,33% na receita de variação monetária líquida com ativos regulatórios (CVA, Reajuste Tarifário Diferido e Acordo Geral do Setor Elétrico). Em 2008 a receita foi de R\$160.371 comparados a R\$367.263 em 2007. Esta variação decorre principalmente dos seguintes fatores:
 - menor valor de ativos regulatórios em 2008, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos.

- contabilização, em 2007, da receita financeira adicional no montante de R\$99.833, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não teve impacto sobre o resultado financeiro de 2007 em decorrência da constituição de uma provisão para perdas no mesmo valor. Em função desta provisão constituída em 2007, a conta Provisão para Perda Energia Livre apresentou uma redução de 84,54% (R\$24.173 em 2008 comparados a R\$156.385 em 2007).
- Receita registrada em 2008 no montante de R\$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira. Maiores informações na nota explicativa nº 21 das Informações Trimestrais Consolidadas.
- Redução das despesas com CPMF em função da extinção do imposto.
- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no período de janeiro a setembro de 2008, no montante de R\$53.080 em comparação a perdas líquidas de R\$23.871 no mesmo período de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação decorre principalmente da valorização do dólar frente ao Real em 2008. No período de janeiro a setembro de 2008, o dólar apresentou um aumento de 8,07% comparado a uma redução de 13,99% no mesmo período de 2007. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no período de janeiro a setembro de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$834.692 em relação ao lucro de R\$2.591.152 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,21%. No mesmo período de 2007, a CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$665.849 em relação ao lucro de R\$2.287.396 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,11%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Foi registrado em junho de 2007 o valor de R\$81.924 referente a créditos fiscais extraordinários, reconhecidos pela Light, referentes a exercícios anteriores.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2008 E 2007

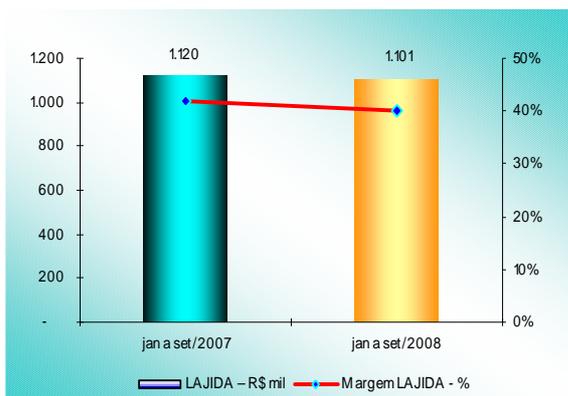
	<u>Terceiro Trim/2008</u>	<u>Terceiro Trim/2007</u>	<u>Var. %</u>
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.415.253	3.441.038	(0,75)
Receita de Uso da Rede	544.058	474.451	14,67
Outras Receitas operacionais	164.496	176.506	(6,80)
Receita Operacional Bruta	4.123.807	4.091.995	0,78
Deduções à Receita Operacional	(1.368.973)	(1.427.004)	(4,07)
Receita Operacional Líquida	2.754.834	2.664.991	3,37
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Administradores e Conselheiros	(245.110)	(239.051)	2,53
Obrigações Pós-Emprego	(61.645)	(32.947)	87,10
Materiais	(22.075)	(22.641)	(2,50)
Matéria prima	(23.478)	(44.768)	(47,56)
Serviços de Terceiros	(172.553)	(164.835)	4,68
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(725.666)	(698.133)	3,94
Depreciação e Amortização	(170.378)	(206.562)	(17,52)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(33.561)	(29.774)	12,72
Provisões Operacionais	(51.873)	(53.880)	(3,72)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(174.946)	(166.145)	5,30
Gás Comprado para Revenda	(57.339)	(38.973)	47,12
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(85.752)	(53.757)	59,52
	(1.824.376)	(1.751.466)	4,16
Lucro Operacional	930.458	913.525	1,85
RESULTADO FINANCEIRO	(122.947)	(38.313)	220,90
Lucro Operacional	807.511	875.212	(7,74)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(10.862)	(13.956)	(22,17)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	796.649	861.256	(7,50)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(300.144)	(603.055)	(50,23)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	66.252	324.691	(79,60)
Participações nos Resultados	(21.716)	(21.406)	1,45
Participações Minoritárias	(24.804)	(14.357)	72,77
Lucro Líquido do Período	516.237	547.129	(5,65)

Lucro do Trimestre

A CEMIG apresentou, no terceiro trimestre de 2008, um lucro líquido de R\$516.237, em comparação ao lucro líquido de R\$547.129 no terceiro trimestre de 2007, uma redução de 5,65%. Este resultado deve-se basicamente ao resultado financeiro em 2008, que foi uma despesa financeira líquida de R\$122.947 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$38.313 em 2007.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var %
Lucro Líquido	516.237	547.129	(5,65)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	233.892	278.364	(15,98)
+ Participações nos Resultados	21.716	21.406	1,45
+ Resultado não Operacional	10.862	13.956	(22,17)
- Resultado Financeiro	122.947	38.313	220,90
+ Amortização e Depreciação	170.378	206.562	(17,52)
Participações de Minoritários	24.804	14.357	72,77
LAJIDA	1.100.836	1.120.087	(1,72)



A redução do LAJIDA no terceiro trimestre de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007 deve-se, principalmente ao aumento de 7,06% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos da depreciação e amortização), parcialmente compensado pelo aumento de 3,37% na receita operacional líquida. O aumento das despesas no terceiro trimestre de 2008 refletiu-se na Margem do LAJIDA que passou de 42,03% em 2007 para 39,96% em 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %
Residencial	2.234.575	2.093.084	6,76	978.993	1.079.747	(9,33)
Industrial	7.155.562	6.327.700	13,08	1.024.790	906.683	13,03
Comércio, Serviços e Outros	1.406.091	1.297.498	8,37	581.374	598.878	(2,92)
Rural	718.582	634.709	13,21	159.262	168.053	(5,23)
Poder Público	251.697	231.092	8,92	103.337	96.444	7,15
Iluminação Pública	303.372	298.750	1,55	69.847	81.825	(14,64)
Serviço Público	316.634	335.388	(5,59)	88.985	97.374	(8,62)
Sub-Total	12.386.513	11.218.221	10,41	3.006.588	3.029.004	(0,74)
Consumo Próprio	12.444	12.435	0,07	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	(6.493)	30.542	(121,26)
Fornecimento Não Faturado - Ativo Regulatório	-	-	-	(38.807)	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	78.567	23.023	241,25
	12.398.957	11.230.656	10,40	3.039.855	3.082.569	(1,39)
Suprimento a outras concessionárias	2.856.010	3.539.804	(19,32)	432.298	338.827	27,59
Transações com Energia na CCEE	-	-	-	(56.900)	19.642	-
Total	15.254.967	14.770.460	3,28	3.415.253	3.441.038	(0,75)

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.415.253 no terceiro trimestre de 2008 em comparação a R\$3.441.038 no terceiro trimestre de 2007, representando uma redução de 0,75%.

Os principais impactos na receita de 2008 decorreram dos seguintes fatores:

- ❑ Redução na tarifa da Cemig Distribuição com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008;
- ❑ Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 5,16%, a partir de 8 de abril de 2007(efeito integral em 2008);
- ❑ Aumento de 10,41% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$375.398 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R\$358.469 no terceiro trimestre de 2007, um aumento de 4,72%. Este resultado decorre basicamente do aumento da tarifa média uma vez que a quantidade de energia negociada apresentou uma redução de 19,32% (2.856.010 MWh no terceiro trimestre de 2008 comparados a 3.539.804 MWh no terceiro trimestre de 2007).

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida e também da receita de uso da rede básica de transmissão da Cemig GT, e apresentou um aumento de 14,67% nos trimestres comparados (R\$544.058 no terceiro trimestre de 2008 em comparação a R\$474.451 no terceiro trimestre de 2007).

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no ativo ou passivo.

Deduções à receita operacional

	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var %
ICMS	742.988	754.427	(1,52)
COFINS	291.219	340.246	(14,41)
PIS-PASEP	56.780	72.411	(21,59)
ISSQN	1.154	244	372,95
	1.092.141	1.167.328	(6,44)
Reserva Global de Reversão – RGR	46.807	40.628	15,21
Programa de Eficiência Energética – PEE	9.217	9.527	(3,25)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	97.182	98.042	(0,88)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	106.035	87.148	21,67
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.022	7.132	(1,54)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.057	6.202	13,79
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.522	3.767	(6,50)
Encargos de Capacidade Emergencial	(10)	7.230	(100,14)
	276.832	259.676	6,61
	1.368.973	1.427.004	(4,07)

As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$106.035 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R\$87.148 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 21,67%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a dedução à receita registrada corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$97.182 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R\$98.042 no terceiro trimestre de 2007, uma redução de 0,88%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.824.376 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R\$1.751.466 no terceiro trimestre de 2007, representando uma redução de 4,16%.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no terceiro trimestre de 2008 foi de R\$245.110 comparados a R\$239.051 no terceiro trimestre de 2007, um aumento de 2,53%. Este resultado decorre do reajuste salarial de 5,00% concedido aos empregados em novembro de 2007, parcialmente compensado pela maior transferência de custos para as obras em andamento (R\$49.329 em 2008 e R\$43.062 em 2007).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$725.666 no terceiro trimestre de 2008, comparados a R\$698.133 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 3,94%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R\$170.378 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R\$206.562 no terceiro trimestre de 2007, representando uma redução de 17,52%. Este resultado decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária, conforme mudança na regra contábil estabelecida pela ANEEL.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$61.645 no terceiro trimestre de 2008, comparados a R\$32.947 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 87,10%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento dessa despesa em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro/07, com a redução das taxas de juros, o que elevou o valor das obrigações atuariais.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais não apresentaram variação expressiva entre os períodos comparados (R\$51.873 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R\$53.880 no terceiro trimestre de 2007). As principais variações ocorreram na Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis (provisão de R\$8.467 no terceiro trimestre de 2008 comparados a uma reversão de provisão de R\$8.982 no terceiro trimestre de 2007) e na Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária (provisão de R\$4.809 no terceiro trimestre de 2008 comparados a provisão de R\$19.227 no terceiro trimestre de 2007).

Receitas (Despesas) Financeiras

	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	79.137	48.223	64,11
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	28.578	42.458	(32,69)
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	70.830	71.222	(0,55)
Variação Monetária da CVA	11.571	8.388	37,95
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	21.080	63.539	(66,82)
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	14.372	43.477	(66,94)
Variações Cambiais	(13.749)	40.461	(133,98)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(10.392)	13.372	(177,71)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	(4.812)	824	(683,98)
Ajuste a Valor Presente	12.419	-	-
Outras	36.736	41.995	(12,52)
	<u>245.770</u>	<u>373.959</u>	<u>(34,28)</u>
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(245.599)	(241.516)	1,69
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	5.997	(17.153)	(134,96)
Variação Monetária – CCEE	-	10.497	-
Variação Monetária da CVA	(7.900)	(7.470)	5,76
Variações Cambiais	(55.482)	(14.043)	295,09
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(21.660)	(15.212)	42,39
C.P.M.F.	627	(20.916)	(103,00)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(789)	(19.456)	(95,94)
Ajuste a Valor Presente	(18.233)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	19.204	(43.022)	(144,64)
Outras	(44.882)	(43.981)	2,05
	<u>(368.717)</u>	<u>(412.272)</u>	<u>(10,56)</u>
	<u>(122.947)</u>	<u>(38.313)</u>	<u>220,90</u>

Ocorreu uma variação expressiva no resultado financeiro na comparação entre os dois períodos. Os principais fatores que explicam a variação são como segue:

- Aumento de R\$30.914 na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2008.
- Redução de 66,82% na receita líquida com ativos regulatórios (CVA, Reajuste Tarifário Diferido e Acordo Geral do Setor Elétrico). No terceiro trimestre de 2008 a receita foi de R\$45.120 comparados a R\$101.278 no terceiro trimestre de 2007. Esta variação decorre principalmente do menor valor de ativos regulatórios em 2008, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos.
- Redução de R\$20.289 na despesa com CPMF em função da extinção do imposto.
- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no terceiro trimestre de 2008, no montante de R\$54.839 em comparação a perdas líquidas de R\$15.780 no terceiro trimestre de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação deve-se principalmente a alta valorização do dólar no terceiro trimestre de 2008. No terceiro trimestre de 2008 o dólar apresentou um aumento de 20,25% comparado a uma redução de 4,53% no terceiro trimestre de 2007. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no terceiro trimestre de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$233.892 em relação ao lucro de R\$796.649, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,36%. No terceiro trimestre de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$278.364 em relação ao lucro de R\$861.256, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,32%.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

Nos nove meses de 2008, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercados nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em 42 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em maio, pelo 13º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de Capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Araxá, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia. O encontro incluiu uma visita técnica à Usina Hidrelétrica de Nova Ponte.

Nos nove meses de 2008 o reconhecimento da nossa política, de expandir o mercado investidor da Cemig e ampliar a nossa base de acionistas, pôde ser verificado através das recomendações feitas aos nossos papéis, e no crescimento de 8% no nosso valor de mercado que atingiu a R\$ 17,3 bilhões em 30 de setembro representando o 2º lugar no setor elétrico brasileiro.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA (Lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização);
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA (Lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização);
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (Lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Em relação ao acordo de acionistas, assinado em 1997 entre o Governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, este se encontra suspenso judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na Justiça Federal.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração já se reuniu 16 vezes durante o ano de 2008 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 25 de abril de 2008, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações. Dos atuais 14 integrantes efetivos, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 2009.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por sete membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembléia Geral Ordinária de 2009.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br .

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 5 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. No ano de 2008, já foram realizadas 47 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem “Diretoria e Conselhos”.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2008, já foram realizadas 09 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, conforme parecer do auditor independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2007, bem como validado, com o novo auditor independente, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional ([www.cemig.infoinvest.com.br/Governança Corporativa/Princípios Éticos](http://www.cemig.infoinvest.com.br/Governança_Corporativa/Princípios_Eticos)), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://cemig.infoinvest.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.09.2008

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	(mil)	%	(mil)	%	(mil)	%
Estado de Minas Gerais	110.540.576	50,96	-	-	110.540.576	22,27
Outras Entidades do Estado	29.236	0,01	4.974.466	1,78	5.003.702	1,00
Total Controlador	110.569.812	50,97	4.974.466	1,78	115.544.278	23,27
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	71.506.613	32,96	-	-	71.506.613	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.09.2008

<u>Item</u>	<u>Nome</u>	<u>Quantidade de Quotas (unidades)</u>	<u>%</u>
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30.09.2008		30.09.2007	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	110.569.812	4.974.466	108.377.571	5.329.764
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Alexandre Heringer Lisboa	1	-	1	-
André Araújo Filho	1	-	-	-
Andréa Leandro Silva	6	-	6	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Britaldo Pedrosa Soares	1	-	-	-
Clarice Silva Assis	1	-	-	-
Djalma Bastos de Moraes	-	40	-	40
Eduardo Lery Vieira	1	-	1	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	6.120	-	5.999	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	309	-	303
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-

	30.09.2008		30.09.2007	
	ON	PN	ON	PN
Guy Maria Villela Paschoal	8	-	-	-
Jeffery Atwood Safford	1	-	-	-
João Camilo Penna	1	150	-	-
José Castelo Branco da Cruz	1	-	-	-
Lauro Sergio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	71	1	-	-
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	102	-	-	-
Thomas Anthony Tribone	1	-	-	-
Wilton de Medeiros Daher	1	-	2	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.09.2008		30.09.2007	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA				
Djalma Bastos de Moraes	-	40	-	40
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	309	-	303
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	4	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
CONSELHO FISCAL				
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Benedito José Ferreira	-	-	-	-
Celene Carvalho de Jesus	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.09.2008	106.376.485	49,04	279.165.731	99,92	385.542.216	77,68
30.09.2007	104.238.883	49,03	268.300.820	97,98	372.539.703	76,58

(*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes dos eventos societários ocorridos no exercício de 2008.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e de fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2008 foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às Informações Trimestrais - ITR, em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão da controlada Cemig Distribuição S.A., a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Cemig Distribuição S.A. em – 12.24% a ser aplicado para o período a partir de 08 de abril de 2008. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada em períodos subsequentes.

6. Conforme descrito nas Notas Explicativas n^{os}. 7, 16 e 21, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

10 de novembro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0